

FDRP 2015

1ª Fase – Inglês (29/03/2015)

A

000
000/000



FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO - USP

Processo Seletivo para o Programa de Pós-Graduação – Mestrado
Ingresso no 2º semestre de 2015

Exame de Proficiência em Língua Estrangeira

INGLÊS

29/03/2015 – das 14h às 16h30min

Instruções

1. Só abra este caderno quando o fiscal autorizar.
2. Este caderno compõe-se de 30 questões em forma de teste de múltipla escolha.
3. Em cada teste, há 5 alternativas, sendo correta apenas uma.
4. Assinale a alternativa que você considera correta, preenchendo o retângulo correspondente na folha óptica de respostas, utilizando necessariamente caneta esferográfica com tinta azul ou preta. Exemplo: ■
5. Preencha a folha óptica de resposta com cuidado, pois, em caso de rasura, ela não poderá ser substituída e o uso de corretivo não será permitido.
6. Duração da prova: **2h30min**. O candidato deve controlar o tempo disponível. Não haverá tempo adicional para transcrição de gabarito para a folha óptica de respostas.
7. O candidato poderá retirar-se do local de prova a partir das 15h.
8. Durante a prova, são vedadas a comunicação entre candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, eletrônico ou impresso, e de aparelhos de telecomunicação.
9. Ao final da prova, é obrigatória a devolução deste caderno de questões e da folha óptica de respostas. Poderá ser levado somente o gabarito provisório de respostas.

Observação

A divulgação do resultado desta prova será no dia 10 de abril de 2015, no *site* da FUVEST (www.fuvest.br).

ASSINATURA DO CANDIDATO: _____

TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 01 A 06

WASHINGTON – A copyright lawsuit that could have brought some of the world's most famous superheroes to the Supreme Court has been settled out of court.

5 Three days before the justices were to consider hearing the case, lawyers for Marvel Entertainment and the children of famed cartoonist Jack Kirby asked that the case be dismissed.

10 The last-minute settlement ends a case that involved some of the industry's most superhuman characters, including The Hulk, The Fantastic Four, X-Men, Thor and Captain America.

15 They are among the characters drawn by Jack Kirby in his smoke-filled basement for Marvel Comics more than 50 years ago. They helped transform the company into Marvel Entertainment, which was bought by Walt Disney Co. in 2009 for \$4.2 billion.

20 Kirby's four children had asked for a share of the profits his superheroes continue to attract in all their forms – ranging from toys, cartoons and video games to the \$1.5 billion-grossing film The Avengers and the traveling stage show Marvel Universe Live.

25 The colorful copyright case was among about 2,000 that piled up during the summer, while the court was out of session. Its chances, like all the rest, were slim – but Kirby's characters had faced long odds before.

30 Under federal copyright law, Captain America and colleagues are considered to be "works made for hire," commissioned and paid for by Marvel. In most copyright cases, authors and artists can assert their rights after 56 years – but not if they were "works made for hire."

35 The Kirbys argued that their father was an independent contractor and, at the very least, a co-creator of the action heroes along with Stan Lee, the writer and editor who gave voice to Kirby's drawings. If they had won, Marvel would have lost the exclusive rights to the characters.

40 Kirby's kin were not alone in their quest to have the justices take the case and reverse the lower courts. Among those siding with them were the Screen Actors Guild and unions representing directors and writers, who claim their rights have been stripped under the "work made for hire" test.

USA Today, September 26, 2014. Adaptado.

01

De acordo com o texto, a ação judicial referente a direitos autorais de obras de Jack Kirby, dentre outros aspectos,

- colocou em disputa jurídica a empresa de Stan Lee e a família do cartunista.
- alcançou acordo entre as partes sem a necessidade de avaliação da Suprema Corte.
- representou a ação de maior alcance envolvendo super-heróis norte-americanos.
- revelou-se modelo no âmbito da lei de direitos autorais na indústria de entretenimento.
- reivindicou os direitos da Screen Actors Guild sobre os super-heróis Hulk, X-Men, Thor e Capitão América.

02

O texto informa que, de acordo com a lei federal de direitos autorais, a obra artística de autoria de Jack Kirby

- é exclusivamente dos filhos do artista.
- apresenta direitos separados, considerando mais de uma categoria.
- pertence a vários estúdios de cinema norte-americanos.
- é regulada pela implacável política de defesa de direitos de imagem da Walt Disney.
- submete-se ao sistema do chamado trabalho sob encomenda.

03

Conforme o texto, a ação judicial apresentada, dentre outros termos,

- busca reverter o contrato de encomenda de parte da obra do artista por instituições sem fins lucrativos.
- refuta a titularidade dos direitos do autor no que diz respeito ao tipo de obra encomendada.
- alega que o contrato para produção de obra comissionada sofreu mudanças nos últimos 50 anos.
- reivindica parte dos lucros advindos dos vários produtos ligados à produção artística de Jack Kirby.
- questiona a legitimidade dos rendimentos provenientes da comercialização do filme *The Avengers*.

04

Considerada no contexto, a expressão verbal "be dismissed", na sentença "the children of famed cartoonist Jack Kirby asked that the case be dismissed" (L. 5-7), indica

- afirmação hipotética.
- acontecimento futuro.
- declaração contraditória.
- ação repetida.
- evento passado.

05

Um possível sinônimo para o termo "colorful" (L. 22), empregado no texto para qualificar o caso de direitos autorais em questão, é

- interesting.
- rare.
- new.
- broad.
- relevant.

06

Considerada no contexto, a expressão "at the very least" (L. 32) pode ser traduzida por

- de modo algum.
- no mais tardar.
- em último grau.
- pelo menos.
- sem limite.

TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 07 A 12

A law firm is soliciting angry Tesco shareholders to participate in a lawsuit against the UK's biggest retailer following the accounting scandal which wiped billions of pounds off the company's stock market value.

- 5 *Stewarts Law said the legal action would seek to establish whether shareholders were entitled to compensation for financial losses suffered after Tesco's admission that it had overstated first-half profits by £263m. The claim will allege that directors and senior management*
- 10 *"knew or were reckless as to whether Tesco's statements to the market were untrue or misleading".*

Tesco is also facing potential legal action in the US where several law firms are trying to muster support for claims.

- 15 *In September Tesco's new chief executive, Dave Lewis, told the City that a whistleblower had provided evidence that pointed to accounting irregularities. The company is now the subject of a Serious Fraud Office investigation.*

- 20 *Stewarts Law is already acting for more than 300 institutional shareholders who got their fingers burned in Royal Bank of Scotland's controversial £12bn rights issue in 2008. The Tesco lawsuit is being bankrolled by Bentham Europe, an offshoot of Australian group IMF Bentham which specialises in funding litigation.*

- 25 *Investors need to own or have owned at least 10,000 Tesco shares – a holding that would have been worth more than £20,000 before the scandal was unearthed – to take part. For the claim to proceed a "sufficient" number of shareholders will need to join the action, the firm said, with*
- 30 *a closing date of 23 January to come forward.*

- 35 *"Shareholders ought to be able to allocate capital on the London Stock Exchange assuming earnings are not being misstated," said John Walker, managing director of Bentham Europe. "When there has been a material misallocation of capital due to misstated earnings, compensation ought to be paid."*

The Guardian, 25 November, 2014. Adaptado.

07

De acordo com o texto, a empresa britânica Tesco

- está sendo processada, juntamente com outras empresas do mesmo ramo.
- corre o risco de sofrer ação judicial por parte de acionistas que se sentiram lesados.
- anunciou, em nota oficial, plano de redução de custos para sobreviver à crise.
- negou estar sendo objeto de extorsão para bloquear dividendos.
- sinalizou com aumento de número de ações disponibilizadas no mercado.

08

Segundo o texto, no que tange à situação financeira da Tesco, seu diretor executivo, Dave Lewis,

- solicitou uma auditoria para verificar os níveis de custo desde setembro.
- tomou a iniciativa de requerer parecer ao órgão oficial Serious Fraud Office.
- admitiu a existência de irregularidades contábeis na empresa.
- decidiu verificar o destino de parte dos milhões de libras faturados pela companhia.
- tentou acalmar o mercado, anunciando choque de gestão.

09

O escritório de advocacia Stewarts Law é mencionado no texto, no que concerne à empresa Tesco, por conta de ação judicial a ser movida, com o objetivo de, entre outros aspectos,

- provar que o gerenciamento da empresa provocou queda ininterrupta dos lucros, no período de janeiro a setembro.
- acusar os administradores da instituição de colocarem em prática plano para encerrar as atividades comerciais.
- apresentar evidências de que membros da cúpula da empresa tinham conhecimento da natureza infiel das declarações ao mercado.
- buscar compensação por danos morais e financeiros para os mais de 300 acionistas arrolados na ação.
- convencer a justiça britânica a se juntar à norte-americana para constituírem um processo conjunto.

10

No texto, a menção ao banco Royal Bank of Scotland serve como

- exemplo de ação judicial liderada pelo escritório de advocacia Stewarts Law.
- indicação da eficácia da justiça britânica em casos de fraude financeira.
- amostra da necessidade de pressionar grandes organizações por meios judiciais.
- modelo de jurisprudência a ser imitado por outros escritórios de advocacia.
- ilustração do envolvimento da instituição financeira com a empresa Tesco.

11

Considerado o contexto, um dos termos que representam, em certa medida, uma avaliação da conduta da empresa Tesco é

- "angry" (L. 1).
- "biggest retailer" (L. 2).
- "misleading" (L. 11).
- "controversial" (L. 21).
- "bankrolled" (L. 22).

12

No contexto, o verbo “to take part” (L. 27-28) refere-se a

- “Stewarts Law” (L. 19).
- “Royal Bank of Scotland” (L. 21).
- “IMF Bentham” (L. 23).
- “Investors” (L. 25).
- “holding” (L. 26).

TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 13 A 18

Tiny Uruguay may not seem a likely front line in the war of the quit smoking brigade against Big Tobacco.

5 *But the Latin American country has unwittingly found itself not just in the thick of that battle, but in the middle of an even bigger fight – that of the rising opposition to international free trade deals.*

10 *Philip Morris is suing Uruguay for increasing the size of the health warnings on cigarette packs, and for clamping down on tobacco companies’ use of sub-brands like Marlboro Red, Gold, Blue or Green, which could give the impression some cigarettes are safe to smoke.*

15 *The tobacco behemoth is taking its legal action under the terms of a bilateral trade agreement between Switzerland – where it relatively recently moved from the US – and Uruguay. The trade deal has at its heart a provision allowing Swiss multinationals the right to sue the Uruguayan people if they bring in legislation that will damage their profits.*

20 *The litigation is allowed to be done in tribunals known as international-state dispute settlements (ISDS), ruled upon by lawyers under the auspices of the World Trade Organisation.*

25 *Such an ISDS agreement is also core to the EU’s planned Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) treaty being negotiated with the US. The critics of TTIP fear the tribunals will see US multinationals sue European governments in such areas as regulating tobacco, health and safety, and quality controls.*

30 *The Marlboro maker is suing Uruguay over its decision to increase the size of health warnings on cigarette packets from 50 per cent of the cover to 80 per cent.*

35 *Last week, Uruguay filed its 500-page defence, claiming that its government has a right and a duty to safeguard the health and wellbeing of its citizens and is complying with international treaties on tobacco controls. The defence cites Uruguay’s obligations under the World Health Organisation’s 2005 Framework Convention on Tobacco Control which has now been signed up to and enacted by nearly 200 countries and includes*
40 *recommendations for health warnings on packs.*

The Independent, 21 October, 2014. Adaptado.

13

Conforme o texto, a ação judicial movida pela empresa Philip Morris contra o Uruguai, dentre outros argumentos, acusa o país de

- privilegiar certas marcas de cigarro que seriam consideradas menos perigosas.
- recusar-se a cumprir acordos firmados nas áreas de saúde e segurança.
- diminuir o tamanho dos pacotes de cigarro em mais de cinquenta por cento.
- exagerar nas críticas à empresa em propagandas governamentais antifumo.
- adotar medidas para impedir as empresas de tabaco de usarem submarcas.

14

Segundo o texto, constitui um dos argumentos do Uruguai, para se defender das alegações da ação judicial

- a diminuição dos custos com saúde pública para homens adultos.
- a observância de tratados internacionais de controle de tabaco.
- a criação de políticas de intimidação dos países fabricantes de cigarro.
- a reação desencadeada pelas medidas de boicote da indústria norte-americana.
- o fato de aumentos exorbitantes serem praticados pela empresa Philip Morris.

15

A partir da leitura do texto, é possível inferir que um dos aspectos negativos do acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP)) entre a União Europeia e os Estados Unidos da América é

- a existência de quebra de protecionismo relativo a investidores nos países envolvidos.
- o aumento de processos morosos nos sistemas judiciais de cada país.
- a criação de um sistema jurídico paralelo e o enfraquecimento dos sistemas europeus.
- a possibilidade de uma multinacional processar um Estado onde atua.
- a submissão da justiça europeia a tribunais secretos e a advogados poderosos.

16

De acordo com o texto, no Uruguai, os avisos de alerta à saúde presentes nas embalagens de cigarro

- inibem as vendas de cigarros para os demais países da América Latina.
- substituem os logotipos das empresas de cigarro mais famosas.
- atendem a uma recomendação da Organização Mundial da Saúde.
- têm por função chocar críticos contrários às medidas restritivas ao fumo.
- incluem fotos menos grotescas do que as usadas em outros países.

17

No texto, a expressão que melhor representa o caráter de poder da indústria de tabaco em litígio com o Uruguai é

- “unwittingly” (L. 3).
- “in the thick of” (L. 4).
- “clamping down on” (L. 8-9).
- “behemoth” (L. 12).
- “controls” (L. 35).

18

No texto, o termo “tiny” (L. 1), em relação ao Uruguai, refere-se

- às medidas agressivas de perseguição ao hábito de fumar por ele adotadas.
- a sua capacidade de se defender legalmente.
- a sua extensão geográfica.
- ao grau de aprovação do seu governo no combate ao fumo.
- ao risco de ele romper relações comerciais com os Estados Unidos da América.

TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 19 A 24

Alajos Kiss was diagnosed with manic-depression in 1991, but he was only placed under partial guardianship fifteen years later after engaging in property disputes with his stepfather. A Hungarian court found that Kiss lived alone and “took care of himself adequately,” yet it restricted his legal capacity on the ground that he “sometimes wasted money in an irresponsible fashion and was occasionally aggressive.” According to the then-Hungarian Constitution only persons with full legal capacity were permitted to participate in political processes. Consequently, Kiss was struck from the electoral list and barred from voting in the ensuing national elections as an automatic consequence of his placement. Unsuccessful in challenging this disenfranchisement at a local district court, Kiss brought an application to the European Court of Human Rights – ECtHR.

Neither party disputed the underlying facts; thus, the central issue was whether disenfranchisement arising from

guardianship was compatible with the manifest human and civil right to vote. According to the ECtHR’s established interpretation, suffrage is not absolute and can be restricted by measures that pursue a legitimate state aim and are proportional in effect. The Court accepted Hungary’s argument that devising a rule to exclude those incapable “of assessing the consequences of their decisions” protected the integrity of the electoral system, but did not address the underlying assumption that individuals under guardianship were incapable per se of responsible political choices.

In assessing the proportionality of the interference, the ECtHR established a number of factors to be considered. It rejected Hungary’s assertion that states should enjoy a wide margin of appreciation in regulating electoral affairs. Instead, the ECtHR ruled that under the European Convention on Human Rights the “mentally disabled” comprised a “particularly vulnerable group” such that restrictions on their rights must be justified by “very weighty reasons.” Moreover, because a “significant” proportion of the Hungarian population of voting age was under guardianship at the relevant time and adversely impacted by the measure, Hungary was not entitled to a wide margin of appreciation in its application.

Fiala-Butora, J.; Stein, M.A.; Lord, J. E. The Democratic Life of the Union: Toward Equal Voting Participation for Europeans with Disabilities. *Harvard International Law Journal*, 2014. Adaptado.

19

De acordo com o texto, o cidadão Alajos Kiss teve seus direitos legais limitados por um tribunal húngaro, dentre outras razões,

- por ele ter-se envolvido em episódio de agressão ao padrasto.
- diante da sua recusa de se apresentar para perícia médica periódica.
- devido ao resultado de avaliação médica que, em 1991, o diagnosticou com depressão.
- em razão de ter sido colocado sob a tutela de parentes.
- por ser considerado, em certa medida, perdulário.

20

Conforme o texto, em relação ao caso Alajos Kiss v. Hungria, a Corte Europeia de Direitos Humanos

- entendeu que a proibição ao voto poderia abalar a garantia de realização de eleições futuras no país.
- reconheceu a inadequação da medida estatal de restrição de direitos, por poder repercutir de forma injusta sobre um grupo vulnerável.
- considerou injustificada a decisão de incluir Kiss no programa de tutela parcial em caráter permanente.
- criticou a justiça húngara, em relação à falta de critérios definidos para avaliar graus de deficiência mental.
- admitiu como legítima a identificação de aspectos genéricos e deficientes na lei.

21

Segundo o texto, no que se refere ao direito a voto, Alajos Kiss recorreu à Corte Europeia de Direitos Humanos com o objetivo de

- pleitear seu direito como cidadão de poder se abster das eleições nacionais.
- reverter a decisão do governo húngaro de classificá-lo como incapaz para trabalhar nas eleições presidenciais.
- forçar o cartório eleitoral de seu distrito a reconsiderar decisão de torná-lo inelegível no pleito legislativo.
- apresentar pedido de revisão judicial de sua condição mental, considerando-se os quinze anos de tratamento psiquiátrico.
- contestar o entendimento constitucional, no que concerne à proibição de voto para pessoas sob tutela do Estado húngaro.

22

O texto informa que, ao avaliar os argumentos da justiça húngara sobre o caso Kiss, a Corte Europeia de Direitos Humanos

- deixou de abordar o pressuposto de que indivíduos tutelados são incapazes de assumir escolhas políticas, de forma responsável.
- adiou o debate sobre a revisão de critérios para definir indivíduos sob tutela integral.
- recuou da decisão de estipular formas de compensação para casos semelhantes relativos à privação de direito ao voto.
- refutou a ideia de estabelecer processo de monitoramento na Hungria, em ações envolvendo exclusão de pessoas em processos eleitorais.
- mostrou-se relutante em considerar jurisprudência, com base em decisões tomadas por tribunais de outros países.

23

No texto, o termo “Neither” (L. 16) faz referência aos agentes

- Alajos Kiss e padrasto.
- Tribunal húngaro e familiares de Alajos Kiss.
- Governo húngaro e Corte Europeia de Direitos Humanos.
- Alajos Kiss e Estado húngaro.
- Convenção Europeia de Direitos Humanos e justiça húngara.

24

No texto, o termo “then”, no trecho “the then-Hungarian Constitution” (L. 8), dá ideia de

- consequência.
- tempo.
- comparação.
- espaço.
- repetição.

TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 25 A 30

“[B]etter that ten guilty persons escape, than that one innocent suffer” is perhaps the most revered adage in the criminal law, exalted by judges and scholars alike as “a cardinal principle of Anglo-American jurisprudence.” Of course, no one maintains that our system produces exactly 5
ten false acquittals for every false conviction — nor do many hold that out as a serious goal.

The maxim is “a slogan meant to convey a message quickly and memorably,” standing for a more general rule, which I’ll call the “Blackstone principle”: in distributing 10
criminal punishment, we must strongly err in favor of false negatives (failures to convict the guilty) in order to minimize false positives (convictions of the innocent), even if doing so significantly decreases overall accuracy. As Richard Fallon puts it: “Errors that result in the conviction of the innocent 15
are more morally disturbing than errors that result in acquittals of the guilty. In light of that assessment, we have adopted a system that minimizes the most morally grievous errors, even if that system leads to more of the less grievous errors, and indeed to more total errors, than would an 20
alternative.”

Commentators and jurists frequently affirm the importance of this idea and use it to explain pro-defendant procedural asymmetries.

Yet for all the lip service this idea receives, and for all 25
its importance in justifying entrenched rules, it has been subject to surprisingly little rigorous analysis.

A few scholars have contended that the principle is overly protective of criminal defendants at the expense of victims. But serious and sustained discussions of the 30
principle’s costs and benefits are few and far between. Most simply treat it as a self-evident truth.

This Article seeks to give the Blackstone principle the careful attention it deserves. Though previous critics have taken the principle’s purported benefits to innocent 35
defendants at face value while emphasizing the harm it does to innocent crime victims, this Article takes a different tack: it analyzes the principle from a dynamic perspective, taking account of the principle’s effects on the criminal justice system as a whole. 40

Epps, Daniel. The Consequences of Error in Criminal Justice. *Harvard Law Review*. Vol. 128:1065, 2015. Adaptado.

25

O texto cita Richard Fallon, o qual postula que erros judiciários

- a) podem levar à condenação injusta, em caráter provisório, sem revisão criminal.
- b) geram processos de reparação e pedidos de indenização onerosos para o Estado.
- c) revelam, por vezes, o grau de despreparo de agentes públicos, no processo de instauração de ações penais.
- d) tendem a ser considerados menos maléficis, quando resultam em absolvição de réus que são culpados.
- e) são tidos como elementos constitutivos do fracasso do sistema penitenciário carente de alternativas.

26

Segundo o texto, alguns acadêmicos, ao se referirem ao princípio de Blackstone, consideram-no

- a) abrangente demais, com pouca eficácia em casos mais complexos.
- b) pouco significativo em casos de acusados sem julgamento.
- c) favorável, no que diz respeito ao réu, em detrimento da vítima.
- d) restrito, se aplicado a casos fora do âmbito do direito criminal.
- e) condescendente em relação a magistrados que cometem falhas na função jurisdicional.

27

Um dos objetivos da pesquisa apresentada no texto, no que tange ao princípio de Blackstone, é

- a) buscar ampliar a discussão com enfoque nos efeitos sobre o sistema judiciário criminal.
- b) contribuir para eliminar assimetrias em favor de acusados, examinando o número de erros judiciais.
- c) reforçar o princípio visto como teoria adequada para distribuição de formas de punição.
- d) dedicar-lhe atenção cuidadosa, enfatizando seu caráter irrefutável.
- e) investigar em que medida réus considerados inocentes têm mais privilégios do que os considerados culpados.

28

Considerado o contexto, a expressão “at face value” (L. 36) significa

- a) atitude corajosa.
- b) investimento de risco.
- c) crença na aparência.
- d) defesa parcial.
- e) postura tendenciosa.

29

Um possível sinônimo para o adjetivo “cardinal” (L. 4), empregado no texto, é

- a) additional.
- b) terrific.
- c) noteworthy.
- d) paramount.
- e) plain.

30

No contexto, o pronome “it” (L. 26) refere-se a

- a) “lip service” (L. 25).
- b) “idea” (L. 25).
- c) “all” (L. 25).
- d) “importance” (L. 26).
- e) “analysis” (L. 27).

XXX.XXX.XXX.XXX DD/MM/AAAA HH:MM:SS

FDRP 2015
1ª Fase - Inglês (29/03/2015)



000
000/000